

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Na Pergunta n.º 1594/XII de 12 de Janeiro de 2012, sobre a Estação da Reboleira do Metropolitano de Lisboa, o PCP acusava o Governo de estar a preparar o «adiamento desta inauguração para depois da privatização».

Claro que nessa altura o Governo garantiu que tal não correspondia à verdade.

Passaram-se mais de quatro anos com a obra parada, quando estava pronta a 95%. E passaram-se três anos desde o citado requerimento do PCP. O Governo anuncia o «vencedor» do concurso para a privatização da exploração comercial do Metropolitano e na semana seguinte anuncia a conclusão das obras da Reboleira por menos de 9 milhões de euros.

Não sendo necessário recorrer a poderes de adivinhação, não é difícil perceber a razão pela qual a «previsão» do PCP se concretizou: é porque eram válidas as razões que explicavam esse comportamento do Governo.

A abertura da Estação do Metropolitano da Reboleira vai trazer um aumento estimado à procura de 4 milhões de passageiros por ano. Esse aumento da procura não está – intencionalmente – previsto nos Cadernos de Encargos da subconcessão, e como tal vai permitir um aumento imediato da receita arrecadada pelo privado e uma renegociação dos valores a pagar pela empresa pública ao subconcessionário privado.

Por outro lado, depois de cinco anos de profunda degradação da qualidade e da fiabilidade da oferta de transporte do metropolitano, o Governo quer começar a gestão privatizada com uma outra cara: resolvendo problemas que criou e outros cuja resolução adiou. E toda esta manipulação – prejudicando a população dos concelhos da Amadora e de Sintra, prejudicando a empresa pública Metropolitano de Lisboa, prejudicando o erário público pois os custos aumentaram com esta paragem – para cumprir a agenda política do Governo.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

- O Governo pretende corrigir a resposta que deu à Pergunta n.º 1594/XII do PCP – e reconhecer que o adiamento da abertura da Estação da Reboleira foi uma opção intencional, por exclusivas motivações políticas?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 25 de Junho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

RITA RATO(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

DAVID COSTA(PCP)